

## Sustentabilidade: Hortas Comunitárias de Sete Lagoas

Angelisnara Ferreira de Souza  
Faustino de Almeida Ferreira Filho  
Graciele Ap. Ferreira dos Santos  
João Paulo de Abreu Vieira  
Lucas Carvalho dos Reis  
Luysa Florêncio  
Tuany Criste da Silva<sup>1</sup>

Professora Jacqueline Figueiredo<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo apresentou uma pesquisa exploratória sobre as hortas urbanas, mais especificamente, o Projeto Horta Comunitária de Sete Lagoas. A horta urbana não é fenômeno novo e, atualmente, em diversos países e no Brasil tem sido considerada parte importante da gestão das cidades, se constituído como política pública e como ferramenta de enfrentamento/combate à pobreza por meio da geração de renda e empregos, além de promover o modo de vida sustentável. O Projeto Horta Comunitária de Sete Lagoas, como política social, tem como objetivos resgatar a cidadania, promoção da sustentabilidade urbana, recuperação de áreas degradadas no município e a melhor utilização dos espaços públicos como por exemplo, as áreas sob as linhas de transmissão de energia.

**PALAVRAS CHAVES:** Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Qualidade de Vida; Hortas Comunitárias

---

<sup>1</sup> Graduandos do 5º período do curso de Bacharel em Administração de Empresas, Faculdade Promove de Sete Lagoas.

<sup>2</sup> Professora Orientadora do Projeto Integrador Multidisciplinar – PIM – do 5º período do curso de Bacharel em Administração de Empresas, Faculdade Promove de Sete Lagoas.

## INTRODUÇÃO

O Projeto Integrador Multidisciplinar (PIM) faz parte da matriz curricular do curso dos diversos cursos ofertados pelas Faculdades Promoves e visa promover a multidisciplinaridade como prática pedagógica e o incentivo à pesquisa e à produção do conhecimento. A temática do PIM para o 5º período do Curso de Administração foi Sustentabilidade e a proposta de trabalho da Professora Orientadora foi a elaboração de estudos no campo da sustentabilidade com ênfase na sua dimensão social. Este estudo apresenta uma pesquisa exploratória sobre as hortas urbanas mais especificamente, o Projeto Horta Comunitária de Sete Lagoas.

O impacto da globalização na sociedade acarreta uma série de transformações tecnológicas e estruturais que influenciam de forma direta no desenvolvimento de um país, região ou localidade. A integração mundial, ao mesmo tempo em que aproxima as relações políticas, econômicas, culturais e sociais induz a exemplificação de problemas já existentes a décadas como desigualdades sociais, poluições, conflitos, competições entre outros. O administrador nas organizações tem controle sobre os recursos humanos e materiais, portanto ele deve planejar e agir de acordo com o que é de extrema importância para a organização e para a sociedade. Percebe-se que o administrador como ser social, deve ter uma visão global sobre aspectos internos e externos que influenciam o desenvolvimento da empresa no meio ao qual ela está inserida. A partir deste cenário, aquelas organizações que tiverem o foco somente no lucro, vão ver suas receitas diminuir no médio prazo e suas chances de sucesso reduzidas, ou seja, a vantagem competitiva das empresas vai aliar sustentabilidade com retorno financeiro. A sustentabilidade deve ser abordada e cumprida em todos os aspectos sejam eles sociais, econômicos e/ou ambientais.

A sustentabilidade na visão econômica é base de uma sociedade estável e mais justa, além de abrir diversas possibilidades dentro de todos os setores da comunidade é um quadro complexo cuja natureza somente pode ser plenamente compreendida se for considerado o ambiente em que o negócio opera. Envolve análise de impactos que a organização tem na sociedade e no meio ambiente. O grande desafio de uma política econômica, seja empresarial ou governamental, é gerar crescimento econômico, lucro, renda e criar empregos sem ocasionar danos ao meio ambiente. Na visão social, sustentabilidade é um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida das gerações de hoje e de amanhã em iguais medidas. Tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e garantir os serviços que visam possibilitar as pessoas acesso à cidadania.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a promoção da cidadania ganha força a partir dos anos 60 com os movimentos sociais e questões políticas tais como: combate à pobreza, crescimento exponencial da população mundial, produção de alimentos, geração e energia limpa (FARGAN et al, 2008).

O cultivo de hortaliças nas áreas urbanas e periurbanas, com ou sem o apoio governamental, tomou impulso a partir de 1980 na América Latina, África e Ásia como uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres. No Brasil não foi diferente, as hortas urbanas e periurbanas com apoio dos governos municipais e instituições locais passaram a compor as políticas públicas sociais de combate à pobreza. As hortas são denominadas urbanas e periurbanas quando se situam dentro dos bairros ou próximas às divisas das áreas rurais com as áreas urbanas dos municípios. Na atualidade, observa-se que as hortas urbanas têm se expandido para as grandes metrópoles em todo o mundo. Vários são os motivos que justificam esta expansão como o pouco tempo disponível para o lazer, a produção e alimentos em pequenas hortas domésticas – especiarias e verduras – passa a ser uma das poucas formas de contato com a natureza, disseminação do hábito de alimentação saudável, fonte de renda alternativa ou complementar, dentre outros.

Visando conciliar sustentabilidade e promoção da qualidade de vida, este artigo investigou a seguinte questão: Como o projeto Horta Comunitária Urbana é capaz de contribuir de forma sustentável na Gestão Pública da cidade de Sete Lagoas? E como objetivo geral analisar a prática da sustentabilidade por meios de projetos como a Horta Comunitária Urbana capaz de gerar e complementar renda, melhorar qualidade de vida e promover inclusão social. Com o objetivo de gerar emprego para a comunidade de Sete Lagoas, surge em 1982 a primeira horta comunitária do município, que contou com a participação inicial de 35 famílias, e financiada pela Prefeitura Municipal em parceria técnica com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - EMATER/MG. Com o aumento de famílias carentes com interesse de participarem do programa das hortas comunitárias, a prefeitura ampliou as iniciativas, estendendo para sete bairros periféricos da cidade de Sete Lagoas.

Diante disso, essa pesquisa se estruturou por meio dos seguintes objetivos específicos: Conceituar, classificar e caracterizar sustentabilidade; Identificar quais são os objetivos do projeto Horta Comunitária Urbana e analisar os motivos que levaram a administração pública a desenvolver um projeto de sustentabilidade como esse e relacionar o tema Sustentabilidade

com as demais disciplinas estudadas no 5º período do curso de Administração das Faculdades Promove e assim identificar a interdisciplinaridade.

Para melhor desenvolvimento deste artigo, é de grande importância a participação das demais disciplinas do 5º período de Administração, pois agregam valor à pesquisa, colaboram para melhor compreensão e amplificam o tema a ser estudado, a saber: Administração Mercadológica II, Administração da Produção e Operação e Administração Financeira e Orçamento I.

Para que uma sociedade obtenha um desenvolvimento sustentável é preciso conseguir atingir equilíbrio ecológico entre os setores que fazem parte dessa sociedade. Dentre os setores da sociedade que mais se preocupa em relação à busca de equilíbrio sustentável, talvez seja o setor econômico, e já foi provado que é possível organizações obterem lucro tendo uma consciência ambiental.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Conceitos de Sustentabilidade**

O discurso de sustentabilidade tem sido empregado constantemente pelas organizações, governos e organizações não governamentais em todo mundo com intuito de apresentar uma saída para as crises na sociedade moderna. Contudo, o conceito de sustentabilidade é novo e ainda permanece vago, assim como sua aplicação, que nem sempre orienta de forma convergente diversas práticas. O conceito de sustentabilidade possui origens na ecologia que está associada à capacidade de reposição e regeneração de ecossistemas, porém não pode se limitar apenas às condições ambientais, deve ser considerada a sustentabilidade em três dimensões: social, ambiental e econômica, formando o tripé da sustentabilidade.

Boff (2012), define sustentabilidade como ações direcionadas a manter as conjunturas energéticas, informacionais, físico-químicas que auxiliam todos os seres, especialmente o planeta terra, a comunidade de vida e os seres humanos, visando a sua continuidade e ainda a atender às necessidades das gerações presente e futura de forma com que os recursos naturais sejam mantidos e desenvolvidos em sua capacidade de reestruturação, reprodução e coevolução.

Já Cavalcanti (2003), define sustentabilidade como a possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em um dado ecossistema. Para o autor, as discussões atuais sobre o significado do termo mostram a ideia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a ideia de crescimento desenfreado sem preocupação com o futuro.

Torna-se claro que o conceito de Sustentabilidade está relacionado a questão ambiental, mas não se limita apenas a ela (Tavares, 2001). A Sustentabilidade é uma abordagem vinculada à cultura, a sociedade e ao próprio homem. O conceito está diretamente agregado ao compromisso social, que pressupõe a convergência dos planos e projetos na direção das expectativas das pessoas, com relação ao futuro e à qualidade de vida. Está também relacionado ao processo de construção do futuro, no qual as instituições políticas, a sociedade civil e os grupos de interesse encontram espaço para exercer o seu papel de representação política e institucional.

Este artigo apoderou-se do último conceito apresentado, levando em consideração que sustentabilidade é ampla e não se limita apenas a questões ambientais, deve ser abordada de uma forma capaz de integrar a sociedade, cultura, política, economia dentre outros aspectos.

### **História e evolução do conceito de sustentabilidade**

A sustentabilidade é de central importância para o desenvolvimento humano, econômico e social. Com o passar dos anos e o advento da globalização, foi possível perceber a quão prejudicial e agressiva era a degradação do meio ambiente, principalmente nas décadas de 60 e 70. Diante disso, surgiu a primeira grande discussão internacional culminando na Conferência de Estocolmo em 1972.

A conferência de Estocolmo serviu para demonstrar trabalhos de pesquisadores como Dennis Meadows que alertavam quanto aos riscos das tendências de crescimentos da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e a escassez de recursos naturais. Ainda segundo Meadows (1972), o resultado seria um declínio incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial, porém o autor destacava que era possível reverter essas tendências e ainda formar uma condição de estabilidade econômica e ecológica para o futuro. Mas, para ocorrer o equilíbrio global seriam necessário planejamento e empenho da

população mundial no sentido de desacelerar o seu crescimento e também o do capital industrial. A tese proposta pelo pesquisador ficou conhecida como crescimento zero e significava um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial.

Em 1973, o canadense Maurice Strong usou pela primeira vez a teoria de ecodesenvolvimento com o objetivo de criar um conceito alternativo de política do desenvolvimento. Essa teoria priorizou inicialmente as regiões rurais da África, Ásia e América Latina. Os debates sobre a concepção do ecodesenvolvimento serviram de base para a adoção do desenvolvimento sustentável. Segundo alguns autores como Sachs os conceitos de ecodesenvolvimento são sinônimos aos de desenvolvimento sustentável. O prêmio Nobel em Economia da época, Solow, criticou com maior veemência os prognósticos catastróficos da tese de Meadows. Essas divergências tiveram continuidade até culminarem na Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) em 1992 no Rio, onde um dos argumentos era que as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento industrial acelerado, fechariam o caminho de desenvolvimento para os países pobres, tal argumento justificava essa prática como uma retórica ecologista, o que gerou desentendimentos no discurso global sobre a questão ambiental e o desequilíbrio socioeconômico.

O resultado do trabalho da comissão mundial da ONU sobre o meio ambiente e o desenvolvimento gerou o Relatório *Brundtland*, este define metas a serem alcançadas a níveis internacionais tendo como agentes de atuação as diversas instituições internacionais como: Organizações, comunidade internacional e a própria ONU, além de descrever o nível de consumo mínimo em relação às necessidades básicas, mas não detalhava o nível máximo de consumo principalmente nos países industrializados. Esse relatório comparado às discussões dos anos 70, mostrou ter um grau elevado de realismo, não propagando o crescimento econômico como vilão, tampouco os interesses “nacionais”. Isso propiciou críticas quanto ao resultado dessa conferência, que definitivamente não correspondeu às expectativas a ela ligadas culminando em problemas como a pressão dos Estados Unidos em favor da eliminação das metas para limitação da emissão de CO<sub>2</sub> e a falta de assinatura do país na convenção sobre a biodiversidade.

Apesar disso, foi documentado na Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) o crescimento da consciência sobre os riscos gerados pelo atual

modelo econômico de desenvolvimento e as transformações no meio ambiente, que por muito tempo foram ignoradas, mas agora fazem parte do discurso oficial da maioria dos governos do mundo. Diante desse cenário percebe-se a necessidade de uma perspectiva que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo, numa abordagem multidimensional, tendo consciência de que esse movimento é o ponto de partida para o desenvolvimento sustentável. A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir do conceito de ecodesenvolvimento, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

A ONU resolveu instituir uma comissão para efetuar um estudo dos problemas globais de ambiente e desenvolvimento. Em 1987, surgiu o termo “Sustentabilidade”, sendo apresentado oficialmente na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU), presidida pela ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem. Definido como: “[...] a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (CMNAD,1988,p.9). Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, o conceito foi definitivamente incorporado como um princípio orientador de ações. Foi então organizada a Agenda 21, que representa um compromisso das nações de agir em cooperação e harmonia na busca do desenvolvimento sustentável. A Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Johanesburgo, África do Sul), afirma que ele é construído sobre três pilares interdependentes e que se suportam mutuamente: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

### **Sustentabilidade na pauta das agendas nacionais e internacionais**

Pode-se dizer que a efetiva preocupação com o meio ambiente é relativamente recente. A evolução da conscientização ambiental pode ser analisada paralelamente à produção legislativa ambiental, seja em nível internacional ou nacional. De fato, inicialmente a preservação ao meio ambiente era simplesmente uma consequência da proteção à propriedade, à matéria prima ou a um modo de produção, ou seja, o principal objetivo era proteger um aspecto econômico. Contudo, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX, a questão ambiental deixou de ser apenas sinônimo de manutenção de um modo de produção e mostrou-se como verdadeiramente é: uma questão de sobrevivência na Terra.

As Conferências internacionais sobre meio ambiente e os documentos nelas produzidos (Tratados, Protocolos, Convenções-Quadro, Agenda, dentre outros) influenciaram sobremaneira todos os países, o que explica a difusão da preocupação e da proteção ambiental em todo o mundo. A Conferência de Estocolmo, denominada I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente. Os participantes da Conferência de Estocolmo decidiram que era necessário criar dispositivos institucionais e financeiros permanentes para coordenar, catalisar e estimular ações para a proteção e melhoria do meio ambiente humano. Assim, surgiu a ideia da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para reagrupar e reforçar tais ações no conjunto do sistema das Nações Unidas.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi instituído como um programa para impulsionar e facilitar a promoção do desenvolvimento sustentável, financiado e supervisionado pelo Conselho Econômico e Social.

Os debates ocorridos e dos princípios adotados na Conferência de Estocolmo, influenciaram sobremaneira a redação do nosso texto constitucional de 1988: Os vinte e seis princípios contidos na Declaração de Estocolmo de 1972 foram, na sua totalidade, encampados pelo art. 225 da CF. Esses princípios têm por escopo dar efetividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida do homem.

### **Tripé da Sustentabilidade**

**Figura 1:** Desenho esquemático representando o *Triple Bottom Line* - Tripé da Sustentabilidade





**Fonte:** Site Institucional Santa Catarina Industrial Land

O conceito de sustentabilidade empresarial tem sido formulado frequentemente com base no chamado *Triple bottom line* – tripé da sustentabilidade ou triplo resultado (ELKINGTON, 2001). A expressão também é conhecida por “3Ps” – *People, Planet and Profit* – em referência aos resultados de uma empresa medidos em termos sociais, ambientais e econômicos.

### **Dimensão Econômica**

De acordo com Furlan (2014), Sustentabilidade econômica requer a integração de conceitos de política econômica que vai além do foco na potencialização da produção a qualquer preço sem se preocupar com o objetivo dessa produção. Não existe unanimidade de que toda organização deve ser economicamente sustentável, mas a maioria concorda que sustentabilidade é necessária para evitar uma morte prematura, pois o consumidor e demais partes interessadas cobram uma postura sustentável que vai além dos interesses econômicos. Preservação do meio ambiente de maneira sustentável e a convivência em equilíbrio com comunidades impactadas pelo negócio não forçosamente trarão retorno econômico esperado para manter a operação, nenhum excelente desempenho socioambiental irá prolongar a vida de uma organização economicamente insustentável (FURLAN, 2014).

### **Dimensão Social**

O sítio de pesquisa do Instituto de Formação e Ação de Políticas Sociais – INFAP, descreve a sustentabilidade social como um veículo de socialização e integração da economia, que ao mesmo tempo pretende desenvolver o social nos seus componentes humanos e culturais.

Pode-se afirmar que a sociedade se orienta a partir de relações intrínsecas com os outros setores de base da sociedade, como por exemplo, acesso à educação, desenvolvimento das técnicas industriais, econômicas e financeiras, além dos fatores de ordem político e ambiental.

A sustentabilidade social foca no bem-estar da sociedade do presente e a do futuro em iguais proporções. Para que de fato se concretize este objetivo faz-se necessárias grandes campanhas de divulgação instaladas tanto pelo governo, quanto por empresas públicas ou privadas que visem os projetos e a aplicação da sustentabilidade social.

### **Dimensão Ambiental**

Sustentabilidade ambiental e ecológica é a manutenção do meio ambiente do planeta Terra, mantendo a qualidade de vida e o ambiente em harmonia com as pessoas. O próprio conceito de sustentabilidade é para longo prazo, trata-se de encontrar uma forma de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das próximas gerações de suprir as próprias necessidades.

Sustentabilidade ambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais econômicos e sócio - culturais – às especificações do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordado/definidos (LANNA,1995, p.17).

A Gestão Ambiental integra: A política ambiental que é um conjunto consistente de princípios e leis, o planejamento ambiental que é o estudo que visa controlar e proteger através de articulações e aplicações de projetos, já o gerenciamento ambiental são as ações que regulam o uso e avaliam as conformidades descritas na política ambiental. Todas elas têm como objetivo regulamentar, modificar, controlar, proteger e conservar o meio ambiente.

### **Os problemas da sustentabilidade**

- A produção industrial insustentável - É uma das principais causas da destruição das fontes de energia, minerais e água e principalmente a poluição do ar e da água causando assim a degradação do ambiente.
- O uso da energia insustentável- É uma causa considerada pouco importante, porém significativa na degradação do ambiente, pois causa a poluição do ar, destruição de fontes de energia não-renováveis e degradação do solo.

- A pobreza e a desigualdade – Considerada de grande importância pois tem como fator de desigualdade a terra, alimentação, moradia, saúde, educação, emprego entre outros, ocorrendo a não satisfação das necessidades humanas básicas, a extinção de plantas e animais, conflitos e guerras.
- O crescimento insustentável da população- Causa bastante significativa pois se trata do crescimento acelerado da raça humana e com isso os recursos naturais da Terra vêm se esgotando rapidamente.

### **Índice de sustentabilidade Empresarial (ISE)**

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. Iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC) e sua metodologia é de responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre organizações e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

A porcentagem de empresas que autorizaram a abertura das respostas do questionário saltou de 85% para 94%. No ano de 2016, 33 de 35 empresas autorizaram e no ano passado, 34 de 40. Foram convidadas para participar da carteira as 180 companhias que detinham as 200 ações mais líquidas da Bolsa na virada da carteira em janeiro de 2015. Destas, 46 concorreram em uma ou mais categorias (42 elegíveis à carteira, 01 como treineira e 03 no simulado).

Segundo o Dow Jones Sustainability Index (ABRAPP, 2012), é crescente o número de investidores que diversificam suas carteiras, investindo em empresas que incorporam

melhores práticas baseadas no conceito de sustentabilidade. Neste ano processo do ISE contou novamente com a Asseguração da KPMG, que emitiu uma carta sem ressalvas em relação ao processo ISE, o que contribui para conferir ainda mais credibilidade aos procedimentos. Além disso, o ISE segue com a parceria de monitoramento diário de imprensa com a empresa Imagem Corporativa. O ISE foi criado fundamentando-se em quatro vertentes:

1. **Transparência:** Dar transparência ao processo ISE e às respostas das empresas ao questionário.
2. **Diálogo com as partes interessadas e a sociedade:** Criar e manter ativos canais de diálogo com as partes interessadas e a sociedade em geral, como fundamento para legitimidade, representatividade e atualidade do ISE como expressão das suas expectativas sobre a sustentabilidade empresarial.
3. **Aperfeiçoamento contínuo do escopo e do processo:** Atualizar anualmente o questionário ISE, com base em pesquisa acadêmica e processos participativos, de modo a mantê-lo em sintonia com o estado da arte do conhecimento em sustentabilidade e com as expectativas da sociedade. Conhecer os desafios e oportunidades do processo ISE, agindo de modo a otimizar sua eficiência operacional e sua capacidade de atender aos objetivos estratégicos.
4. **Autonomia financeira, metodológica e decisória:** Garantir as condições materiais, técnicas e de gestão para que o ISE tenha a legitimidade e credibilidade necessárias para cumprir seu papel e avançar em sua missão.

Embora o índice tenha um longo caminho a percorrer no sentido de tornar-se um *benchmark*, ainda não convenceu parte dos investidores de que é a melhor referência para aplicações em companhias com as mais destacadas práticas sustentáveis. Existem, também, críticas quanto à complexidade do processo de formação de sua carteira, visto que a BM&FBOVESPA se utiliza de informações transmitidas pelas próprias empresas, e não apenas dos dados públicos. Importante que se verifique, também, que, além das perspectivas futuras para o ISE, está em pauta, com maior relevância, um processo de evolução e aprendizado do próprio mercado dos investimentos sustentáveis no Brasil, no qual os ganhos de visibilidade com relação à imagem das empresas, mesmo que transitórios, possam tornar factível o lucro sustentável.

## **Índice Carbono Eficiente**

A BM&FBOVESPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), numa iniciativa conjunta, decidiram criar um novo índice de mercado – o Índice Carbono

Eficiente (ICO2) que hoje é a terceira maior bolsa de valores do mundo em valor de mercado tem como foco no grande desafio da humanidade nesse século, o aquecimento global. Esse indicador, composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-50, adotando práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa (GEE), usa o grau de eficiência de GEE das empresas componentes.

O principal objetivo é incentivar as empresas emissoras das ações mais negociadas a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de GEE das empresas. Além disso, visam prover o mercado com um indicador cujo desempenho será resultante de um portfólio balizado por fatores que incorporam, inclusive, as questões relacionadas às mudanças climáticas.

Para inclusão os ativos devem pertencer à carteira do IBrX 50, ter aderido formalmente à iniciativa do ICO2, reporta dados de seu inventário anual de GEE de acordo com o nível de abrangência e prazo definidos pela BM&FBBOVESPA e para a exclusão será feita nos casos de deixarem de atender a qualquer um dos critérios de inclusão e durante a vigência da carteira passem a ser listados em situação especial e ao final de seu primeiro dia de negociação.

A carteira teórica do ICO2 tem vigência de quatro meses e ao final de cada quadrimestre é reavaliada podendo haver exclusões ou não. A divulgação da nova composição é feita regularmente pela Bovespa quando faltam 30 dias, 15 dias e um dia para a entrada em vigor da nova carteira do quadrimestre. Assim, a sugestão é que futuras pesquisas investiguem os retornos dos títulos quando as empresas deixam de participar do ICO2 e também com relação às ingressantes.

### **Certificação e Sustentabilidade ambiental**

Os Indicadores Ethos são uma ferramenta de gerenciamento que visa auxiliar as empresas na inserção da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável. A ferramenta é composta por um questionário que permite o autodiagnóstico da gestão da empresa e um sistema de preenchimento *on-line* que possibilita a obtenção de relatórios, por meio dos quais é possível fazer o planejamento e a gestão de metas para o avanço da gestão na temática da Responsabilidade Social Empresarial /Sustentabilidade.

A atual geração dos Indicadores Ethos, que será continuamente melhorada, apresenta uma nova abordagem para a gestão das organizações e procura integrar os princípios e comportamentos da RSE com os objetivos para a sustentabilidade, baseando-se num conceito de negócios sustentáveis e responsáveis ainda em desenvolvimento. Além de ter maior integração com as diretrizes de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com a Norma de Responsabilidade Social, ABNT, NBR ISO 26000, CDP, e outras iniciativas. Neste artigo destacou-se duas iniciativas correlacionadas aos Indicadores Ethos, são elas: *Global Reporting Initiative* (GRI) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em setembro de 2000, refletindo e baseando-se na década das grandes conferências e encontros das Nações Unidas, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a Declaração, as Nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Esses objetivos tiveram como foco principal a redução da pobreza mundial, são eles: Redução da Pobreza, atingir o Ensino básico Universal, Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres, Reduzir a Mortalidade na Infância, Melhorar a Saúde Materna, combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças, garantir a Sustentabilidade Ambiental e Estabelecer uma parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Entretanto os ODM não conseguiram diminuir as desigualdades de renda no mundo. Os 1% da população mais rica controlam 40% da riqueza mundial, enquanto a metade mais pobre da população mundial só é dona de 1% da riqueza. A agenda pós 2015 coloca a desigualdade social como meio e fim estratégico, em tempos de mudanças climáticas que estão gerando consequências econômicas, sociais e ambientais, é imprescindível repensar o modelo de produção e consumo vigente.

Neste contexto surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no total são 17 objetivos e 169 metas sobre questões de desenvolvimento sustentável apresentados no documento, que irão pautar a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. Um dos objetivos se refere aos meios de implementação e financiamento da sustentabilidade. Já os outros objetivos são temáticos, e procuram aumentar a ambição dos ODM, além de promover

a sustentabilidade econômica (crescimento inclusivo, empregos e infraestrutura) e a sustentabilidade ambiental (mudança no clima, oceanos e ecossistemas, consumo e produção sustentável). Tudo isso aliado às sociedades pacíficas e inclusivas (agenda de governança, Estado de direito, violência).

Já o *Global Reporting Initiative* - GRI, foi criada em 1997 a partir da reunião de ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis, compreende em uma organização *multistakeholder*, sem fins lucrativos, que desenvolve uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade adotada por cerca de 1.000 organizações, em todo o mundo. A visão da GRI é que os relatórios de desempenho econômico, ambiental e social elaborados por todas as organizações se tornem tão rotineiros e úteis quanto são os tradicionais relatórios financeiros. Para alcançar tal objetivo, a GRI reúne uma rede de milhares de especialistas, em dezenas de países, que contribuem para o seu desenvolvimento. Hoje, a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade está disponível em 13 idiomas. Na elaboração deste relatório é necessário estabelecer quatro princípios: materialidade, inclusão dos *stakeholders*, contexto da sustentabilidade e abrangências.

### **Hortas Comunitárias de Sete Lagoas**

A história das hortas comunitárias tem seu surgimento no início das décadas de 1980, marcada por uma região de perfil industrial, que se caracterizava por períodos de elevada contratação de funcionários para a produção, seguida de demissões em massa, quando diminuía a movimentação dos produtos (CARVALHO et al., 2009).

Em termos conceituais, a agricultura urbana tem por definição a sua prática no interior ou na periferia de uma localidade, cultivando, produzindo, criando, processando e distribuindo uma diversidade de produtos, encontrados dentro ou ao redor da área urbana. Essa forma de agricultura é realizada geralmente em pequenas áreas e destina-se, sobretudo a uma produção para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala em mercados locais. Pratica-se principalmente em quintais, em terraços, pátios, ou ainda em hortas comunitárias – espaços comunitários ou espaços públicos não urbanizados cedidos para esse fim (ARRUDA, 2006).

Há quase 30 anos, Sete Lagoas, na região Central, vêm tendo sua paisagem modificada pelo projeto Hortas Comunitária Urbanas, que atualmente beneficia mais de 300 famílias do município. O cultivo de hortaliças representa uma atividade econômica importante para a região, aliando a produção de alimentos agroecológicos à inclusão social.

O projeto é uma referência que já está sendo seguida em diversos municípios do Estado, como Betim, Santa Luzia, Neves, Contagem, Uberlândia entre outras cidades mineiras. O presidente da EMATER-MG, José Silva Soares, destaca o papel da extensão rural para o desenvolvimento de iniciativas como a de Sete Lagoas. “O fortalecimento das parcerias com os municípios é fundamental para viabilizar a produção de alimentos também nas cidades, com a garantir de assistência técnica e apoio no acesso ao crédito e na busca de novos mercados para a agricultura familiar”.

O pontapé do projeto em Sete Lagoas foi dado em 1982, com a criação de uma horta no bairro Manoa, numa parceria entre a Prefeitura Municipal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG e o Programa Estadual de Alimentação Escolar. Inicialmente, 35 famílias integraram o projeto. Obedecendo a normas que primam pelo desenvolvimento sustentável, a produção garante alimentos com segurança alimentar a famílias de baixa renda, que têm na atividade uma fonte de renda fundamental.

Atualmente, o projeto das hortas urbanas já faz parte dos programas de urbanização da Prefeitura. Nos bairros criados em substituição às ocupações em área de risco, já são destinadas verbas para as famílias que quiserem criar suas hortas. Segundo Kelsen de Andrade Nether, Coordenador da Superintendência de Agropecuária e Abastecimento. “As hortas são implantadas em áreas públicas ou cedidas por entidades, como por exemplos: os espaços ociosos embaixo das redes de transmissão da CEMIG (hortas JK, Nova Cidade e Montreal) e área cedida pela igreja católica (Horta São Paulo) ”.

Para ser admitida no projeto, a família passa por uma avaliação, que inclui entrevista com assistente social, emissão de laudo para a Prefeitura e para a Associação de Produtores da Horta Comunitária escolhida. Após aprovação cada família recebe uma área de até 360 metros quadrados.



A Prefeitura disponibiliza o cercamento da área, água tratada com reservatório, sementes para a primeira produção e transporte para as feiras livres. Ressalta-se a ênfase no seu caráter agroecológico, haja vista que os produtores são orientados a cultivar enormes diversidades de verduras, legumes e plantas medicinais e terem certos cuidados quanto à segurança na produção dos alimentos, priorizando a sustentabilidade do sistema, sem o uso de agrotóxicos. Há casos, de produtores que recebem selos de Produtos Orgânicos e Produtos Sem Agrotóxicos (SAT's), emitidos pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), proporcionando uma agregação de valor nos produtos.

A extensionista da EMATER-MG no município, Érika Regina de Oliveira Carvalho, relata casos de famílias que conseguiram superar as limitações sociais e elevar seu padrão financeiro com o trabalho nas hortas: “Muitas famílias conseguiram comprar casas, carros, possuem até seguro-saúde e tudo isso foi proporcionado pelo cultivo das hortaliças. O papel dos extensionistas é de apoiar estruturação de projetos técnicos de natureza econômica, social e ambiental que compõem os planos municipais de trabalho e o processo de orientação dos agricultores assistidos. A maioria das famílias tem pelo 50% de sua renda garantida pelo que é produzido nas hortas. A outra parte dos ganhos veio após o impulso dado em suas vidas por este trabalho”, afirma Érika. De acordo com ela, a renda média de uma família é de um salário mínimo e meio, mas há casos em que a renda chega até a mil reais por semana.

Os benefícios de uma alimentação saudável são assegurados por grande parte da população, uma vez que parte é comprada pela própria prefeitura e destinada para as escolas da rede pública complementando a alimentação de mais de 23 mil estudantes, em 49 escolas. No período de férias escolares, é destinada para creches e hospitais, e ainda boa parte da produção é vendida diretamente nas hortas ou em feiras livres e nos sacolões que são distribuídos pela cidade. Esse projeto, que já rendeu vários prêmios à Prefeitura de Sete Lagoas, atualmente está planejando a expansão para outras localidades da cidade, como no bairro Jardim dos Pequês, que substituirá com 240 casas ocupadas em áreas de risco.

A logística reversa é área da logística que planeja, opera e controla o fluxo e as informações. Acontece num ciclo que envolve consumidor, fornecedor e indústria onde todos ganham de alguma forma.

Em se tratando de hortas comunitárias surge como exemplo o Shopping Eldorado, tradicional centro comercial paulistano, que com o objetivo de dar destino ecologicamente correto a cerca de 750Kg de lixo orgânico gerados diariamente em suas praças de alimentação, implantou em sua cobertura um telhado verde que além de ajudar a economizar energia com o ar condicionado, (resfriando naturalmente o interior do estabelecimento) promove a compostagem dos 400 Kg de comida que são descartados diariamente no shopping e ainda produz alimentos frescos. Isso é possível porque não se trata de uma simples cobertura verde, se trata de um dos primeiros modelos de horta urbana do Brasil.

A comida é levada para uma central de compostagem onde acrescentam serragem e bactérias especiais que transformam o alimento em húmus (Matéria Orgânica), sem exalar mal cheiro ou atrair insetos e outros animais prejudiciais à clientela. Em seguida, os húmus são utilizados como fertilizante orgânico para o cultivo de legumes e hortaliças. Os responsáveis já pensam em ampliar o projeto, devido ao sucesso eco eficiente conquistado, além de adicionar outras soluções como reutilizar os 100 mil litros de água que escorrem dos motores dos ares condicionados para irrigar a horta e utilizar os alimentos produzidos para abastecer alguns dos pratos orgânicos dos restaurantes do centro comercial.

O objetivo inicial do projeto era gerar atividade e renda para as famílias que migravam para Sete Lagoas a procura de emprego e não obtinham êxito. No começo foi um pouco difícil uma vez que se tratava de um projeto inovador e não existia similar, de forma que o aperfeiçoamento veio com o passar dos anos por meio dos investimentos feitos pelo Município, que além do fornecimento de água para irrigação, energia elétrica, caminhão para transporte de insumos e produtos para as feiras, investe em treinamentos para capacitação dos agricultores que são as peças fundamentais do projeto.

A pesquisa revelou que os benefícios do programa das hortas comunitárias em Sete Lagoas podem ser divididos em três grupos:

<b>Privados</b>	<b>Sociais</b>	<b>Ambientais</b>
Renda direta (comercialização)	Participação popular nos processos decisórios envolvendo poder público	Melhoria da paisagem urbana
Renda indireta (autoconsumo)		Recuperação de áreas urbanas degradadas
Melhoria nutrição familiar	Incremento de vínculos afetivos e de solidariedade	Reciclagem do lixo orgânico

Capacitação	entre as comunidades participantes	Educação ambiental: preservação da água, conservação do solo e reciclagem
Emprego	Capacitação para a autogestão	Diversificação da fauna local em função da diversidade de cultivos
	Valorização pela comunidade dos alimentos frescos e sem agrotóxicos	Produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos
	Melhoria da qualidade da merenda escolar,	Redução emissão de CO2
	Intercâmbio de experiências e práticas/técnicas agrícolas com outros grupos	

Fonte: Dados Embrapa (2010)

Há, no entanto, alguns obstáculos. A produção de Sete Lagoas já excede a demanda do município. Com um volume grande de hortaliças produzidas, os produtores enfrentam agora o desafio de buscar novos mercados. As famílias têm usado a criatividade. Um deles é o fornecimento da produção para centros como Belo Horizonte ou mesmo estabelecer contratos com restaurantes.

## CONCLUSÃO

A Sustentabilidade é uma abordagem vinculada à cultura, à sociedade e ao próprio homem. O conceito está diretamente agregado ao compromisso social, que pressupõe a convergência dos planos e projetos na direção das expectativas das pessoas, com relação ao futuro e à qualidade de vida. Está também relacionado ao processo de construção do futuro, no qual as instituições políticas, a sociedade civil e os grupos de interesse encontram espaço para exercer o seu papel de representação política e institucional.

Com a pesquisa realizada, foi possível perceber o quão benéfico é implementar um projeto de horta urbana comunitária sobre os mais diversos aspectos, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente, sociedade, economia e políticas públicas. Os benefícios ambientais encontrados para as hortas comunitárias estão diretamente relacionados aos benefícios advindos do aumento de áreas verdes e permeáveis na cidade, que podem amenizar efeitos da urbanização intensa como as ilhas de calor, pela absorção de radiação solar e realização da evapotranspiração (aumentando a umidade do ar) e podem contribuir para minimizar os

alagamentos em espaços urbanos, quando dotadas de área permeável significativa, bem como para o aumento da biodiversidade. Além disso, seguindo os princípios da agricultura orgânica, as hortas podem contribuir para a preservação do solo e dos recursos hídricos

O objeto de pesquisa deste estudo surge objetivando, especialmente, a geração de trabalho e renda, a melhoria do padrão alimentar das famílias envolvidas na atividade e a diminuição da necessidade de importação de hortaliças.

O Projeto tem obtido sucesso na disseminação de valores e hábitos relacionados ao desenvolvimento sustentável, melhor utilização dos recursos naturais, promoção da cidadania, melhoria da renda das famílias atendidas e geração de emprego. Ao longo dos 30 anos de existência das hortas houve o estabelecimento de novas parcerias, difusão de boas práticas para outros municípios, diminuição do uso de fertilizantes e agrotóxicos no cultivo de hortaliças o que contribuiu para a melhoria da qualidade da alimentação da população.

Além disso as hortas comunitárias contribuem para o aumento do sentido de propriedade do patrimônio público e fomentam o desenvolvimento de um espírito e identidade da comunidade e, conseqüentemente, surgem líderes comunitários. As hortas são pontos de reciclagem de grandes volumes de folhas, aparas de relva e outros resíduos orgânicos que irão voltar ao solo, reduzindo custos no tratamento de resíduos urbanos. Muitos foram os benefícios sociais e ambientais, entre eles: incremento de vínculos afetivos e de solidariedade entre as comunidades participantes, capacitação para a autogestão, valorização pela comunidade dos alimentos frescos e sem agrotóxicos, melhoria da qualidade da merenda escolar, intercâmbio de experiências e práticas/técnicas agrícolas com outros grupos, reciclagem do lixo orgânico, diversificação da fauna local em virtude da diversificação de cultivos, conservação do solo, melhoria da paisagem urbana e recuperação de áreas degradadas.

O projeto já rendeu vários prêmios à Prefeitura de Sete Lagoas e está sendo seguido em diversos municípios do Estado, como Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Contagem, Uberlândia entre outras cidades mineiras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Almeida Cabral, 2014

ARRUDA, J. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas.** Dissertação de Mestrado (Planejamento e Desenvolvimento Regional Sustentável). Unicamp, Campinas, 2006.

BOOF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é e o que não é.** 1ª Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012

BRÜMMER, Simone. Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2738, 30 dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18162>>. Acesso em 17 de agosto de 2016.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável.** 4ª Edição. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CARVALHO, E; TEIXEIRA, A; FRANÇA E. **As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas/MG. Congresso pan-americano de incentivo ao consumo de frutas e hortaliças para a promoção da saúde**, 5, 2009. Anais. Brasília, 2009.

CORSON, Walter H. **Manual Global de Ecologia: O que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente.** 2ª edição. São Paulo: AUGUSTUS, 1996.

ELKINGTON, John. **Canibais de garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2001.

FARFÁN SJA. 2008. **Diagnóstico de hortas comunitárias no dipolo Juazeiro-BA e Petrolina-PE: perfil e demandas de pesquisas.** Juazeiro: UNEB. 105p. (Tese mestrado).

FURLAN, José Davi. **O Conceito de Sustentabilidade Econômica.** Disponível em: <<http://www.bpmglobaltrends.com.br/o-conceito-de-sustentabilidade-economica/>> Acesso em 10 de setembro de 2016.

INFAP, Instituto de Formação e Ação em Políticas Sociais. Disponível em: <<http://infap.org.br/page1.php>>. Acesso em 14 de agosto de 2016.

LANNA, Antonio Eduardo Leão. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos.** Brasília: IBAMA, 1995.

OLIVEIRA, Lucas Rabello de, Raffaella Martins Medeiros, Pedro de Bragança Terrac e Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas. **Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/prod/2011nahead/aop\\_0007\\_0245.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prod/2011nahead/aop_0007_0245.pdf)> Acesso em 09 de Agosto de 2016

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

Santa Catarina Industrial Land. **Tripé da Sustentabilidade** Disponível em: <<http://www.gruposantacatarina.com/pt/sustentabilidade/>> Acesso em 18 de outubro de 2016.

SILVA, Jaqueline Claudino. **Gestão da Sustentabilidade em Contexto Organizacional: Questão de Comunicação, Diferenciação e de Novos Agires.** Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_EOR349.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR349.pdf)> Acesso em 09 de agosto de 2016.

TAVARES, M. **O Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável. Discurso realizado na Reunião Regional Preparatória para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro. 2001.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). **O que é ISE.** Disponível em: <<http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>> Acessado em 27 de Outubro de 2016

VHONRATH, Igor. H.C. **Conceito em Logística Reversa.** 2012. Disponível <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/conceito-em-logistica-reversa/63734/>>. Acesso em 28 de Outubro de 2016.

## ANEXO I

**Quadro 1:** Síntese das respostas obtidas na Entrevista Semiestruturada com o Coordenador da Superintendência de Agropecuária e Abastecimento da Prefeitura de Sete Lagoas, Kelsen de Andrade Nether.

<b>Questões do roteiro de entrevista</b>	<b>Síntese das respostas obtidas</b>
1-Quando surgiu o projeto “Hortas Comunitárias” e quantas famílias participavam no início?	O projeto Hortas Comunitárias Urbanas surgiu em 1982 com a criação da Horta Comunitária do Manóia e beneficiava 35 famílias em estado de vulnerabilidade socioeconômica
2-Este projeto foi baseado em algum outro?	Pelo histórico que conhecemos não foi baseado em nenhum projeto similar. Foi criada na época da expansão industrial do município, com a finalidade de fornecer atividade e renda para as famílias que migravam para Sete Lagoas a procura de emprego e não obtinham êxito.
3-Este projeto conta com a parceria do setor público/privado? Se sim, quais empresas e organizações estão envolvidas?	O projeto é coordenado pela Prefeitura Municipal de Sete Lagoas por meio da Superintendência de Agropecuária e Abastecimento, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SMDET. Possui parceria com a EMATER na área de assistência técnica e atualmente estamos envolvendo as instituições de ensino interessadas em contribuir com fortalecimento do projeto.
4-Como o projeto é estruturado? Quais são os objetivos?	A estrutura do projeto conta com 2 eixos importantes: Produção agroecológica apoiada pela SMDET e assistência social buscando melhoria de renda para as famílias em vulnerabilidade socioeconômica.
5-Como é feita a escolha do bairro para implantação das hortas?	As hortas são implantadas em áreas públicas ou cedidas por entidades, como por exemplos: os espaços ociosos embaixo das redes de transmissão da CEMIG (hortas JK, Nova Cidade e Montreal) e área cedida pela igreja católica (Horta São Paulo).
	Bairro JK

6-As hortas atualmente estão presentes em quais localidades da cidade?	Bairro Nova Cidade Bairro Orozimbo Macedo Bairro Montreal Bairro Cidade de Deus Bairro Vapabuçu Bairro Barreiro
7-Quantas famílias estão envolvidas?	Atualmente o programa contempla 322 famílias distribuídas abaixo: Horta JK – 58 famílias Horta Nova Cidade – 55 famílias Horta São Paulo – 12 famílias Horta Montreal/Canadá – 57 famílias Horta Cidade de Deus – 33 famílias Horta Vapabuçu – 82 famílias Horta Barreiro – 25 famílias
8-Como são feitos o plantio e distribuição da colheita?	A exigência do regulamento é para plantio de hortaliças sendo proibida a utilização de agrotóxicos. Os próprios produtores determinam qual cultura a ser plantada, a forma de comercialização e preços. Geralmente os produtores optam, na maior quantidade, por plantio de folhosas, pois tem um ciclo mais curto, gerando receita mais rapidamente. A SMDET apoia a comercialização com implantação de feiras, mas nem todos os produtores tem aptidão, muitos comercializam na própria horta, em frente a pontos comerciais ou entregam em residências. Recentemente foi implantado o projeto de cestas entregues a domicílio.
9-Qual o perfil das famílias participantes e como é feita a escolha destas?	Famílias em vulnerabilidade socioeconômica. As famílias interessadas em participar do programa fazem o cadastro na superintendência de Agropecuária. Este cadastro é encaminhado para a Secretaria de Assistência Social, que faz uma diligência na residência e dá o parecer, positivo ou negativo.
10-Como é feita distribuição dos espaços em cada bairro?	As hortas comunitárias são divididas em quadras que variam de 280 m² a 360 m², dependendo do espaço disponível em cada horta. Havendo desistências são chamadas novas famílias que aguardam em uma fila de espera.
11-Qual é a produção média mensal das hortas?	Não possuímos este dado com exatidão. Até mesmo porque muitos não conseguem escoar toda a produção.
12-Existe padronização de preços em relação ao comércio das hortaliças?	Formalmente não existe padronização de preços.
13-O investimento deste projeto é considerado alto?	Investimento alto por parte do município, sendo que o mesmo é responsável pela coordenação e fiscalização do cumprimento do regulamento, técnicos da EMATER, fornecimento de água para irrigação, energia elétrica, caminhão para transporte de esterco e dos produtos para as feiras nos finais de semana.
14-Quais benefícios o projeto proporciona para cidade de Sete Lagoas?	Segurança alimentar, com a produção de hortaliças sem aplicações de agrotóxicos, melhoria de renda para as famílias assistidas.
15-Existe tempo de duração das hortas? As famílias assinam um contrato?	Não existe tempo de duração. As famílias assinam um termo de permissão de uso que é renovado a cada 2 anos.
16-Quem possui interesse em participar deste projeto, como	As famílias interessadas devem comparecer na SMDET para efetuar o cadastramento.

deve proceder?	
17-Há fiscalização nas hortas? Há algum regulamento o qual as famílias devem seguir?	Existe um regulamento das hortas comunitárias com deveres e obrigações da Prefeitura Municipal, das associações e dos produtores. A SMDET possui em seu quadro de funcionários 03 instrutores de hortas que dentre várias atribuições são responsáveis pelo cumprimento do regulamento

## ANEXO II

Quadro 2: Síntese das respostas obtidas na Entrevista Semi-Estruturada com beneficiário (a) do projeto, Rogenilda Faria Marcelo. Agricultora da Horta comunitária do Bairro Nova Cidade.

Questões do roteiro de entrevista	Síntese das respostas obtidas
1-Como conheceu o projeto das hortas comunitárias? Há quanto tempo é membro deste projeto?	Eu conheci o projeto das hortas comunitárias através de um funcionário da prefeitura. Ele me falou que o projeto havia iniciado em meu bairro desde 1997. Comecei a fazer parte em 2008 e estou até hoje.
2- Na implantação do projeto em sua comunidade com quais recursos (insumos, treinamento, local, etc.) a Prefeitura/EMATER contribuiu? Com o passar do tempo a Prefeitura/EMATER continuou dando assistência?	Sim. A Prefeitura/EMATER contribuiu com o local, insumos, treinamentos, e ainda continua nos dando assistência.
3-O que mudou em sua vida após a implantação da horta?	Mudou muita coisa. Principalmente a alimentação, apesar de ter vindo do interior não tinha o costume de comer verduras. Agora aprendi a comer e até preparar pratos diferentes com legumes e hortaliças.
4-Além da prefeitura e da EMATER tem algum órgão que apoia o projeto?	Tem os professores e alunos da UFSJ (Universidade Federal de São João Del-Rei) os vereadores: Renato Gomes, João Evangelista e outros.
5-Como são feitos o plantio e a divisão da colheita?	O plantio é feito de acordo com a época. E a colheita de acordo com o tipo de verdura, por exemplo, a alface e colhida de 30 a 40 dias.
6-Os valores dos produtos colhidos são pré-estabelecidos para vendas ou você tem a liberdade de impor os preços?	Temos a liberdade de impor nossos preços.
7-Os recursos referentes a venda dos produtos são suficientes para sustentar uma família?	Sim.
8-Quantas pessoas participam da sua horta? Você conta com ajuda de seus familiares?	As vezes duas pessoas.